



Voto distrital para vereador passa no Senado e deve ir à Câmara

Genaldino Magalhães/Agência Senado



Projeto estabelece que municípios com mais de 200 mil eleitores sejam divididos em distritos e, em cada uma dessas áreas, eleito apenas um representante

O autor da proposta, José Serra, disse que o projeto fortalece a identidade local e ajuda a reduzir os custos das campanhas. Hoje os candidatos podem ser votados em todo o município e os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional, no qual os votos recebidos por uma pessoa podem ajudar a eleger outras do mesmo partido ou coligação. O texto foi aprovado em decisão final na Comissão de Constituição e Justiça e, para valer em 2016, precisa ser acatado na Câmara até outubro. **3**

Senador José Serra, autor do projeto, conversa com o relator do texto na CCJ, senador Eunício Oliveira

Plenário aprova indicação de Fonseca para vaga no STJ **8**

Dilma sanciona, com vetos, Lei Geral das Antenas **5**

Para Renan, presidente deveria ter vetado aumento do Fundo Partidário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou a presidente Dilma Rousseff por ter sancionado o novo

valor destinado aos partidos. Segundo ele, isso é “incompatível com o ajuste” promovido pelo governo. **2**

Senadores ouvem especialistas hoje sobre redução da maioria penal

Debate ouvirá, às 9h, representantes de entidades de juízes, promotores, defensores públicos e psi-

cólogos sobre proposta em estudo no Congresso. Internautas poderão participar da discussão. **6**



Oscar Motomura fala a 500 pessoas em auditório do Senado

Casa elabora carta com 11 compromissos

Num evento que teve a participação do especialista em estratégia Oscar Motomura, Senado se comprometeu, por exemplo, com a transparência e o bom uso do dinheiro público. **8**

Embaixadas na África e na Ásia terão novos titulares **8**

Medida provisória dos caminhoneiros tranca pauta **7**



Yonderlei Torchio/Eletrorui

Parque eólico no RS: pesquisa revela preocupação ambiental da população

Brasileiro quer maior uso da energia do sol e do vento

A Comissão de Infraestrutura fez ontem uma audiência para discutir pesquisa de opinião do DataSenado que mostra que a maioria dos brasilei-

ros defende mais investimentos em fontes alternativas de energia e rechaça a elevação das tarifas como forma de reduzir o consumo. **4**

Parlamentares se articulam para valorizar artesãos

A criação da Frente Parlamentar em Defesa do Artesanato começou a ser discutida ontem, durante uma audiência pública no Senado sobre o trabalho dos artesãos. **7**

Os senadores Douglas Cintra e Fátima Bezerra durante a audiência pública sobre o artesanato

Marcos Oliveira/Agência Senado



Coleção Sessões Temáticas

Reforma política, financiamento da saúde e pacto federativo

Conheça o primeiro volume da coleção que apresenta a **íntegra das sessões temáticas**, onde senadores contam com a **participação de especialistas** em livres debates sobre **grandes temas nacionais**.



Faça o download em <http://bit.ly/1e5WFGZ>



Saizom | Criação e Marketing

Decisão de sancionar a lei, que triplica os investimentos públicos nos partidos, foi criticada pelo presidente do Senado. Dilma disse que recursos podem ser bloqueados

Renan: Dilma errou ao elevar Fundo Partidário

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, avaliou que a presidente Dilma Rousseff errou duplamente ao sancionar o aumento do Fundo Partidário — de R\$ 289,5 milhões para 867,5 milhões — e ao mesmo tempo anunciar que os recursos poderão ser contingenciados. O novo valor destinado aos partidos foi incluído pelo Congresso na tramitação do Orçamento de 2015 (PLN 13/2014) e sancionado por Dilma na Lei 13.115/2015.

Renan lembrou que parte dos parlamentares já havia se manifestado a favor de um veto da presidente Dilma ao aumento do fundo. Ele avaliou que não houve “debate suficiente” sobre o assunto no exame da proposta orçamentária pelo Congresso.

— Ela deveria ter vetado, como muitos pediram. A presidente sancionou um aumento incompatível com o ajuste e disse desde logo que vai contingenciar. Errou dos dois lados — comentou.

Em relação ao projeto de regulamentação da terceirização (PL 4.330/2004), que pode ter a votação concluída pela Câmara nesta semana, Renan afirmou que a medida é necessária, mas não pode ser “ampla, geral e irrestrita”.

— Se a terceirização atingir 100% da atividade-fim, estará condenando essas pessoas todas à supressão de direitos trabalhistas e sociais. Tem que

ter um limitador e tem que caracterizar muito bem o que significa atividade-fim — disse.

Na pauta

Renan defendeu a proposta de permitir a estados e municípios utilizarem parte dos recursos de depósitos judiciais e administrativos. Em sua avaliação, trata-se de uma “solução criativa” para melhorar a situação financeira dos entes federados, sem comprometer o ajuste fiscal do governo.

Para ele, aprovar a ampliação desse modelo seria uma contribuição do Congresso, inclusive, para o aperfeiçoamento do ajuste fiscal.

A proposta, que é tema de projeto de José Serra (PLS 183/2015), pode ser incluída na discussão do novo indexador da dívida dos estados e municípios. Está na pauta do Plenário do Senado a exigência de que o governo aplique no prazo de 30 dias as novas regras de atualização aprovadas no ano passado (PLC 15/2015).

— Os estados utilizarão um percentual dos recursos e pagarão por eles. O acesso [aos depósitos] terá de ser limitado e a utilização, também limitada para pagamento de precatórios e para composição dos fundos de previdência. São recursos que já estão à disposição no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal — explicou o presidente.



Renan, em entrevista, condena terceirização de 100% da atividade-fim das empresas no projeto analisado pela Câmara

Orçamento 2015 é publicado no Diário Oficial

Aprovado em março pelo Congresso, o Orçamento da União para 2015 (Lei 13.115/2015) foi publicado na edição de ontem do *Diário Oficial da União*. O texto havia sido sancionado pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira.

A presidente fez apenas dois vetos. Um deles é relativo a uma tabela com vagas abertas no Banco Central e na Receita Federal. O outro trata de coeficientes de repasse do Orçamento para auxílio financeiro a estados, municípios e

Distrito Federal em ação de fomento a exportações.

A presidente não se opôs ao aumento de recursos para os partidos políticos. Durante a tramitação do projeto orçamentário, os parlamentares aumentaram as verbas repassadas pela União às legendas de R\$ 289 milhões para R\$ 867,5 milhões.

A chefe do Executivo manteve o bloqueio de verbas para duas obras flagradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com indícios de irregularidades graves. Estão

bloqueados recursos para a construção da Vila Olímpica de Parnaíba (PI) e trabalhos de controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguazu, Botas e Sarapuá, na Baixada Fluminense (RJ).

Nas próximas semanas, o governo deve informar, no decreto de programação orçamentária, o valor a ser contingenciado, necessário para atingir a meta de superávit primário, que é a economia para pagar juros da dívida pública.

Tiradentes é exemplo ainda hoje, diz Telmário

Telmário Mota e o atual. Para ele, as autoridades precisam refletir sobre o exemplo do líder da Inconfidência Mineira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

— Eu acho que os Poderes deveriam entrar numa grande reflexão. O povo espera uma resposta de todos os políticos.

res deveriam entrar numa grande reflexão. O povo espera uma resposta de todos os políticos.

Gurgacz apoia vítimas de tornado em SC

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou solidariedade aos moradores de Xanxerê e Ponte Serrada, no oeste de Santa Catarina, atingidos por tornado na segunda-feira. Além de destruir casas e lavouras, o tornado causou duas mortes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

O senador também sugeriu ao governo medidas de apoio a micros e pequenas empresas e agricultores familiares. Entre elas, oferta de crédito, melhoria da assistência técnica e mais infraestrutura e logística para o transporte da produção.

Paim é internado em hospital de Brasília para exames

No início da tarde de ontem, Paulo Paim (PT-RS) sentiu-se mal no Senado, com dores abdominais, e precisou receber atendimento médico na Casa. Ele foi encaminhado ao Hospital Santa

Lúcia para fazer exames. No fim da tarde, o hospital informou a presença de cálculos na vesícula biliar do senador. Ele passaria à noite sob observação, mas seu estado geral era considerado bom.

Sandra lamenta morte de jornalista do AM

Sandra Braga (PMDB-AM) lamentou a morte de Alex Deneriaz, jornalista e colunista social do jornal amazonense *A Crítica*, ocorrida na terça em São Paulo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sandra lembrou que Deneriaz foi o

criador da campanha Amazônia, Minha Paixão, que alertou o país para os valores e riquezas da região. — Alex prestigiou a nossa terra. Em suas viagens internacionais, fazia questão de dizer que era de Manaus.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada por MP

11h30 Sessão extraordinária deliberativa. Às 14h, sessão ordinária. A Medida Provisória 661/2014 tranca a pauta.

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

11h30 Renan Calheiros preside a sessão.

CRA Regularização fundiária

8h Audiência sobre regularização fundiária, com o ministro Patrus Ananias.

CDH Audiência interativa

9h Audiência interativa sobre “Redução da maioria/imputabilidade penal”.

CRE Indicação de embaixador

10h Análise de embaixador na Grã-Bretanha.

MP 671/2015 Futebol

10h Instalação da comissão da MP sobre modernização da gestão do futebol.

MP 672/2015 Salário mínimo

10h10 Instalação da comissão da MP sobre valorização do mínimo.

MP 673/2015 Placas para tratores

10h20 Instalação da MP que desobriga emplacamento de tratores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado voto distrital para eleição de vereador

Projeto de José Serra estabelece o novo sistema nos municípios com mais de 200 mil eleitores e, para valer em 2016, precisa ser votado também pela Câmara até outubro

VEREADORES DE MUNICÍPIOS com mais de 200 mil eleitores poderão passar a ser eleitos por voto distrital. É o que determina projeto do senador José Serra (PSDB-SP) aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta deve seguir para a Câmara e, para valer nas eleições de 2016, precisa ser aprovada até outubro.

Pelo texto (PLS 25/2015), cada cidade com mais de 200 mil eleitores será dividida em distritos, em número igual ao de vagas na câmara municipal. Em cada distrito, será eleito o candidato mais votado.

A divisão do município ficará a cargo dos tribunais regionais eleitorais, conforme regulamento a ser expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O partido ou coligação poderá registrar só um candidato por distrito.

Hoje, os candidatos recebem votos de eleitores de todo o município. Os vereadores são eleitos pelo sistema proporcional de votação, no qual os votos recebidos por um candidato podem ajudar a

eleger outros do mesmo partido ou coligação. O número total de votos válidos de cada agremiação define a quantas vagas a legenda terá direito.

O relator na CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), lembrou que o sistema proporcional permite a um candidato “puxador de votos” eleger colegas de partido ou coligação com votação inferior à de candidatos de outras legendas.

A CCJ aprovou emenda do relator para manter a propaganda eleitoral de candidatos a vereador no sistema distrital. José Serra havia proposto, no texto original, o fim do tempo de rádio e televisão destinado aos candidatos a vereador, alegando dificuldade técnica para propaganda eleitoral fracionada por distrito.

Na discussão do projeto, Roberto Rocha (PSB-MA) disse ver dificuldade na divisão dos municípios em distritos, em especial em regiões de grande aglomeração e pouca identidade local da população. Como alternativa, sugeriu o sistema distrital misto, que mescla características do proporcional

e do distrital. Gleisi Hoffmann (PT-PR) apoiou a sugestão.

Em defesa do projeto, Serra disse que o voto distrital nos grandes municípios será uma experiência a ser avaliada para posterior adoção em todo o país. Ele considera que o texto fortalece a identidade local e ajuda a reduzir os custos das campanhas.





— O projeto reforça a cidadania local — afirmou.

Humberto Costa (PT-PE) apresentou voto em separado contra o projeto, por considerar que o texto fere a Constituição. Ele alegou que a mudança não poderia ser feita por projeto de lei, mas apenas por emenda constitucional.

Ao discordar, Eunício Oli-

veira disse não haver previsão constitucional para o sistema de eleição de vereadores, sendo que a norma para câmaras municipais está prevista apenas no Código Eleitoral, podendo, portanto, ser alterada por projeto de lei simples. O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) também discordou de Humberto Costa.

Propostas da reforma política votadas até o momento

PROJETO	CONTEÚDO	SITUAÇÃO
 PLS 25/2015	Vereadores de municípios com mais de 200 mil eleitores poderão passar a ser eleitos por voto distrital, sistema eleitoral que divide a cidade em partes (distritos) e elege o candidato mais votado em cada uma dessas partes	Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, segue para análise da Câmara se não houver recurso para exame em Plenário
 PEC 40/2011	Acaba com as coligações em eleições proporcionais, em que são eleitos os vereadores e os deputados estaduais, distritais e federais. Somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias — para senador, prefeito, governador e presidente da República	Aprovado no Senado, está sob análise de uma comissão especial na Câmara
 PLC 4/2015	Estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. O objetivo é evitar que sejam criadas legendas apenas para driblar a fidelidade partidária	Sancionado pela presidente Dilma Rousseff com vetos a dois incisos que não alteraram a essência da proposta. (Lei 13.107, publicada em 24/3/2015)
 PEC 58/2013	Aumenta de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido como apoio para que um partido possa ser registrado no TSE. Também exige que os apoiadores estejam distribuídos por mais estados e em percentual maior do que o previsto hoje. O objetivo é dificultar a criação de legendas sem representação nacional	Rejeitada no Senado, será arquivada

Cultura da impunidade alimenta corrupção no país, diz Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) lamentou os casos de corrupção no país. Segundo ele, a corrupção dos governos do PT tem gerado desemprego e tirado recursos da educação, da segurança e da saúde. O senador citou o mensalão e a Lava-Jato e disse que falta de transparência e a cultura da impunidade colaboram para a continuidade da corrupção. Ele disse que o Brasil vive uma crise de valores, mas acredita na superação.

— Vamos dizer não à corrupção malévolos do PT. Vamos dizer não à pouca vergonha e ao descaramento do uso do dinheiro público, ao cinismo e à mentira.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Caiado critica governo de MG por conceder medalha a Stédile

Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou ontem o que chamou de “bolivarianismo” petista e pediu o impeachment da presidente Dilma Rousseff. O senador protestou contra o fato de o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, ter premiado o líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, com a Medalha da Inconfidência. Caiado lamentou que o partido condecere alguém que apoia as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que comanda invasões em propriedades privadas e que “é contra a ciência e a pesquisa no Brasil”.



Moneira Moniz/Agência Senado

Humberto lamenta morte de integrantes do PT em Pernambuco

Humberto Costa (PT-PE) lamentou a morte de dois membros do Partido dos Trabalhadores: o deputado estadual Manoel Santos e o ex-deputado federal Pedro Eugênio. O senador disse que Manoel Santos, que era negro, rompeu a barreira do preconceito e fez carreira na defesa dos trabalhadores do campo. Já o ex-deputado Pedro Eugênio, que era economista, comandou das Secretarias de Agricultura, Planejamento e Fazenda nos governos de Miguel Arraes no estado.

— Para nós, do PT de Pernambuco, a perda destes dois grandes companheiros é irreparável — lamentou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Adiada votação de texto sobre dívida dos estados

O Senado adiou a votação do projeto que obriga a União a colocar em prática o novo indexador das dívidas dos estados (PLC 15/2015 — Complementar). Não há acordo sobre a mudança sugerida pelo governo, proposta em emenda de Romero Jucá (PMDB-RR), de adiar a aplicação até janeiro de 2016 e depois devolver a estados e municípios o que tiver sido pago a mais.

— Mesmo que o governo use todo o tempo para promover a negociação, ao fim desse prazo, 31 de janeiro de 2016, terá que fazer encontro de contas. Aquilo que foi a maior, terá que ressarcir aos estados e aos municípios — explicou Walter Pinheiro, relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A troca do indexador é reivindicação antiga de estados e municípios, cuja dívida chega a crescer até 20% ao ano. O texto que altera a indexação virou lei em 2014 (Lei Complementar 148/2014), mas o governo adiou a regulamentação em nome do ajuste fiscal. A mudança no indexador, segundo o Ministério da Fazenda, poderia



Pinheiro, relator do projeto, defende emenda que adia para 2016 a aplicação de novo indexador

gerar perda de R\$ 3 bilhões ao governo federal neste ano.

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), porém, a aprovação da mudança seria uma contribuição com um governo que promoveu manobras fiscais. A alteração, avaliou, prejudica estados e municípios.

O relator, Walter Pinheiro (PT-BA), se declarou favorável ao adiamento da troca do indexador até 2016. Marta Suplicy (PT-SP), relatora em Plenário, porém, disse ser contra a mudança.

Se o texto for aprovado sem a alteração do prazo, o governo terá 30 dias para rever os contratos e substituir o atual indexador, Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, os juros serão reduzidos dos atuais 6% a 9% ao ano para 4% ao ano.

O relator ainda incorporou ao texto sugestão de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que busca deixar clara a obrigatoriedade de a União alterar os contratos para colocar em prática o novo indexador.

Na próxima semana, os senadores devem analisar mais duas emendas. Uma, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), estende renegociação a dívidas não incluídas no texto. A outra, de José Serra (PSDB-SP), fixa em lei as regras para que estados usem os recursos dos depósitos judiciais.

Anastasia: novo indexador permitirá investimentos

O senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) tem esperança na aprovação do projeto que obriga o governo a adotar novo indexador para as dívidas dos estados. Ele afirmou que a má condução da economia pelo governo derrubou a arrecadação dos estados, especialmente por meio do ICMS. Anastasia espera que a aprovação estimule os investimentos e reduza as dificuldades econômicas dos estados.

— Novos investimentos surgirão, e aí, sim, nós vamos ter uma movimentação econômica cada vez mais robusta — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Pesquisa do DataSenado mostra que maioria apoia mais investimento em fontes alternativas, como a do sol e a do vento, e desaprova aumento de tarifa para reduzir consumo

População quer que governo incentive energia solar

OS BRASILEIROS ESTÃO adquirindo maior consciência sobre a política energética do país, sobre a necessidade de proteger o meio ambiente para enfrentar as adversidades climáticas e dar prioridade às fontes alternativas de energia. É o que mostrou pesquisa de opinião realizada pelo DataSenado em parceria com a Universidade de Columbia (EUA), apresentada ontem em reunião da Comissão de Infraestrutura (CI). Foram entrevistadas 1.166 pessoas com mais de 16 anos de todos os estados, entre os dias 3 de fevereiro e 2 de março.

O levantamento revelou que 85% dos consultados concordaram total ou parcialmente que o Brasil invista mais em fontes de energia renováveis, como eólica e solar, apesar de mais caras. Pouco menos, quase 70% da mostra, apoia que empresas de energia sejam obrigadas a investir nessas fontes, mesmo que isso possa pesar mais no bolso do consumidor. A maior parte dos consultados (54%) concorda que o dinheiro obtido de tributos possa ser usado para financiar projetos de energia renovável.

O nível de preocupação com as mudanças climáticas,



Thiago Cortez apresenta a pesquisa do DataSenado na Comissão de Infraestrutura, presidida por Garibaldi Alves

provocadas pela poluição e pelo desmatamento, também é alto: 86% afirmaram estar “muito preocupados” com a alteração do clima no planeta. Dos demais, 10% disseram estar “pouco preocupados”. A população da Região Sudeste, que enfrenta grande crise hídrica, mostrou-se a mais preocupada com as mudanças no clima: 90% dos entrevistados. Nas outras regiões, o nível de preocupação, por ordem, foi de 86% no Nordeste, 84% no Centro-Oeste, 83% no Norte e 79% no Sul.

Em relação à poluição do ar, provocada pelo uso de termelétricas, 88% dos participantes disseram estar “muito preocupados” com o problema.

— Pode parecer óbvio [pre-

ocupar-se com as mudanças climáticas], mas, em alguns países, a população tende a negar esses fatos. Nos Estados Unidos, grupos conservadores negam as mudanças climáticas para evitar conversar sobre mudanças no padrão de desenvolvimento — apontou Thiago Cortez Costa, assessor da Secretaria da Transparência do Senado, responsável pelo DataSenado.

Investimentos

A pesquisa mostrou que a maioria dos brasileiros (56%) continua apoiando os investimentos em energia hidrelétrica, a principal fonte da matriz energética do país. Essa opinião foi manifestada depois de serem informados

que “usinas hidrelétricas geram eletricidade sem emitir gases poluentes, contudo causam danos aos animais que vivem nos rios”.

— As hidrelétricas contam com apoio da maioria da população, mas, em comparação com outras fontes de energia, elas têm menos apoio — assinalou Costa.

A população vê com preocupação novos investimentos em energia nuclear. Embora não gere gases poluentes, 65% discordaram total ou parcialmente do investimento nessa fonte, principalmente os das Regiões Sul e Centro-Oeste. Dos participantes, 72% se mostraram muito preocupados com a dependência brasileira de energia importada.

Brasileiro aceita pagar mais por equipamentos que evitem desperdício

A pesquisa do DataSenado, divulgada ontem na CI, comprovou o dito popular de que a parte mais sensível do homem é o bolso. A maioria dos brasileiros (79%) não aprova o aumento da conta de luz para estimular a economia de energia elétrica. No entanto, é capaz de reagir com bom senso se a alternativa para reduzir o consumo for incentivar a fabricação de eletrodomésticos que evitem o desperdício, ainda que mais caros: 86% aprovam a iniciativa e 65% dos consultados apoiam leis que obriguem à fabricação desses aparelhos.

— O brasileiro está disposto a pagar mais pelo melhor uso da energia produzida, com

menos desperdício. Mas, por outro lado, não aceita o aumento da conta de luz como política para controlar o consumo — explicou Thiago Cortez Costa, assessor da Secretaria da Transparência do Senado, responsável pelo DataSenado.

Os entrevistados também opinaram sobre medidores de luz modernos que ajudam a evitar o desperdício de energia e melhoram a rede elétrica. Mesmo que esses medidores encareçam a conta de luz, como informado aos participantes por telefone, 55% concordaram total ou parcialmente que as empresas de energia invistam mais na instalação desse equipamento.

A aceitação é maior entre os participantes com mais de dez salários mínimos de renda (73% dos que concordam com o investimento).

O levantamento mostra que 66% dos brasileiros concordam totalmente com o endurecimento das medidas contra ligações clandestinas, os chamados gatos. Mesmo as pessoas com menor escolaridade, até ensino fundamental, concordam em combater os gatos (58%). O percentual cresce entre os que têm ensino médio completo (77%) e mais ainda entre os que completaram o ensino superior (85%).

O aumento do preço da conta de energia para a indústria como política para redução do

consumo também foi questionado: 55% mostraram-se contrários e 38% concordaram. A discordância é maior (73%) entre os que recebem mais de dez salários mínimos. Parte dos entrevistados (43%) apoia total ou parcialmente que as empresas de energia pertençam ao governo. Apenas 38% querem o setor nas mãos da iniciativa privada.

Outra questão foi a responsabilidade em fixar os preços de energia. A maioria (47%) acha que essa é uma tarefa do governo, contra 37% que preferem a iniciativa privada. O apoio ao governo é mais baixo entre os mais jovens (de 16 a 19 anos), em comparação às demais faixas etárias.

Senadores devem ouvir ministério sobre pesquisa

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve convidar representantes do Ministério de Minas e Energia para comentar a pesquisa feita pelo DataSenado, conforme proposta de Lasier Martins (PDT-RS) e de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que preside o colegiado.

— O governo pode aproveitar a pesquisa e ouvir o sentimento da população — disse Garibaldi.

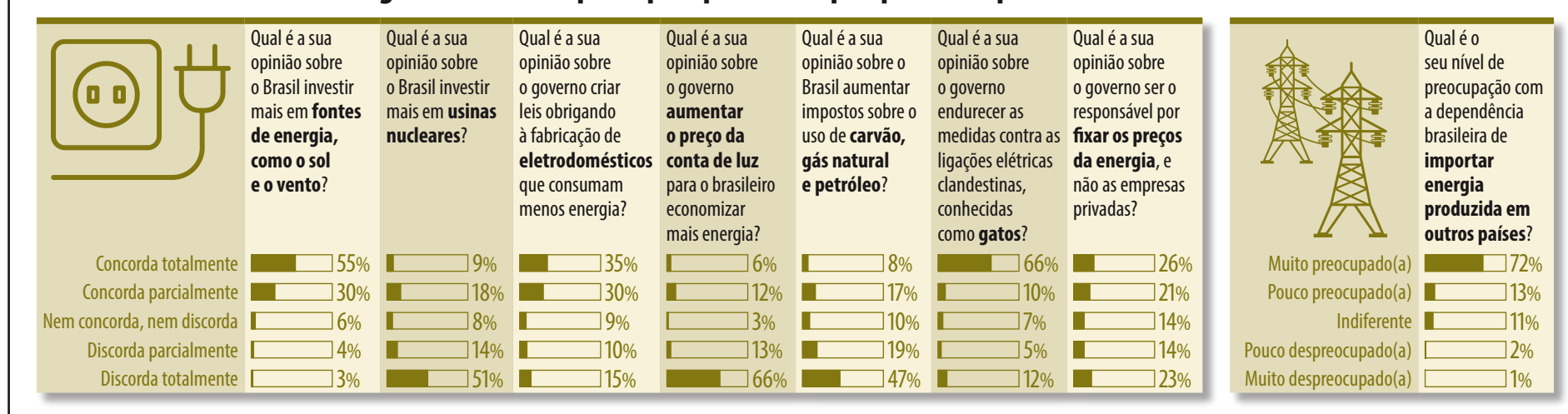
Lasier sugeriu ouvir o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do ministério, Altino Ventura Filho. O levantamento, disse, pode ajudar o país a rever a política para o setor.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliou que a pesquisa evidencia que o governo só age na contramão do contribuinte. Para Blairo Maggi (PR-MT), a resistência da sociedade em relação a hidrelétricas apontada pela pesquisa decorreria de “campanha negativa da imprensa” contra essa matriz energética. Hélio José (PSD-DF), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Elmano Férer (PTB-PI) defenderam a revisão da matriz energética brasileira, com mais investimentos em fontes de energia renovável.

Nuclear

Diante da resistência ao uso da energia nuclear, Wellington Fagundes (PR-MT) quer aprofundar a pesquisa. Walter Pinheiro (PT-BA) frisou a preocupação sobre a capacidade de o país enfrentar acidentes semelhantes ao de Fukushima, no Japão, em 2011 e em Chernobil, na Ucrânia, em 1986.

Energia no Brasil: os principais pontos da pesquisa de opinião do DataSenado



Fonte: DataSenado

Com vetos, Lei Geral das Antenas é sancionada

Norma regulamenta a instalação e o compartilhamento de infraestruturas de telecomunicações, como torres e antenas, e também deve agilizar os processos de autorização

A NOVA LEI Geral das Antenas, aprovada em 25 de março pelo Senado (PLS 293/2012), foi sancionada com vetos pela presidente Dilma Rousseff e publicada ontem no *Diário Oficial da União*. A norma unifica regras para instalação e compartilhamento de torres e de infraestrutura, além de dar mais rapidez aos processos de autorização para as empresas de telecomunicações, atendendo reivindicações antigas do setor.

De autoria do ex-senador Vital do Rêgo, o projeto que resultou na Lei Geral das Antenas foi aprovado em novembro do ano passado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde foi relatado por Walter Pinheiro (PT-BA).

O senador lembra que, na prática, a proposta regulamenta normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações nos estados e municípios.

— Atualmente, cada um tem a sua própria regra para a instalação das antenas. O objeto central da nova legislação é facilitar a instalação,



Antenas de telefonia móvel: nova legislação unifica regras de estados e municípios para instalação de infraestrutura

o acesso e a construção de redes de infraestrutura para promover a banda larga e o atendimento ao cidadão no Brasil — ressaltou Pinheiro.

Para simplificar a solicitação de licenças, a lei determina que a operadora deverá enviar requerimento a um único órgão administrativo em cada ente federado. O prazo máximo para decisão, de 60 dias, será contado simultaneamente nos casos em que houver exigência de deliberação de mais de um órgão.

Além disso, novas antenas devem ser planejadas para permitir o compartilhamento

pelo maior número possível de prestadoras, sempre observando a preservação do patrimônio urbanístico, histórico, cultural, turístico e paisagístico.

Um dos pontos vetados (inciso II do artigo 13) daria à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) o poder de conceder autorização à prestadora de serviço que não conseguisse emissão de licença para instalação de torres em área urbana no prazo máximo de 60 dias. Depois de ouvidos o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União, a presidente argumentou que

o dispositivo, ao transferir para a Anatel a decisão, que é da competência de estados e dos municípios, seria uma violação ao pacto federativo previsto na Constituição.

Outro veto atinge os artigos 21, 22 e 23, que tratam da capacidade das estações. Segundo eles, os chamados limiares de acionamento, responsáveis por indicar a necessidade de expansão da rede para prestação dos serviços, serão estabelecidos em regulamentação específica.

Para a presidente, apesar do objetivo meritório, a medida atribuiria ao poder público a

definição de parte significativa das estratégias de investimento das empresas. “Ao dispor sobre um procedimento específico de fiscalização, em vez de fixar metas de qualidade, o disposto nos artigos poderia dificultar a diferenciação e a inovação tecnológicas para a melhoria do serviço por parte das prestadoras e, assim, restringir a concorrência no setor de forma injustificada”, argumenta.

A presidente também não concordou com o inciso III do artigo 4º. O comando reconhece que a oferta de serviços de telecomunicações requer constante ampliação da cobertura e da capacidade das redes, o que exige a instalação ou substituição frequente de equipamentos, “cabendo ao poder público os investimentos para tornar o processo ágil e de baixo custo para empresas e usuários”.

A presidente afirmou que tal comando permitiria o entendimento de que o poder público seria responsável por arcar com os investimentos que são de responsabilidade das empresas, “invertendo a lógica regulatória de investimentos privados aplicada ao setor”.

Flexa relata problemas nas estradas do Pará para escoar produção

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou que, em visita a municípios do Pará, pôde constatar os graves problemas enfrentados pelos produtores rurais para escoar a produção.

Segundo o senador, o problema é tão sério que produtores da região de Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras e Redenção estão se deslocando em comitiva para Brasília, na próxima semana, para mostrar ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a péssima situação das BRs 158 e 155.

Nessas rodovias, formam-se quilômetros de filas de caminhões que não podem seguir viagem porque as estradas são um atoleiro total, reclamou Flexa.

— Então, vamos juntos com os produtores dessa região pedir ao ministro que ele tome providências imediatas porque eles estão no momento da safra, a safra não espera e eles precisam escoar a produção — disse.

Flexa também criticou o veto presidencial à tabela do Orçamento que definia os percentuais para a compensação das perdas que os estados tiveram com a isenção de impostos em produtos para exportação. Ele disse que o superávit da balança comercial do Pará, em 2014, foi de quase US\$ 20 bilhões, lembrando que o estado fica sem o ICMS das exportações porque a Lei Kandir isenta o tributo.



Blairo Maggi (PR-MT) espera que vire realidade a ideia do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de apresentar ao país e ao mundo um programa de concessões no Brasil. Para o senador, transferir para a iniciativa privada a exploração de rodovias, por exemplo, vai ajudar o país a superar dificuldades na manutenção e ampliação da rede.

Para ilustrar, Blairo comparou duas obras na BR-163. Numa delas, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) contratou três empreiteiras para obras no trecho entre Rondonópolis (MT) e Cuiabá. Como o pagamento às empreiteiras atrasa, nos últimos 2 anos apenas 30 quilômetros da obra foram entregues, lamentou. Já em outro trecho, que vai de Rondonópolis à divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul, uma empresa concessionária duplica a rodovia e deve concluir a obra em dezembro, disse.

Essa diferença mostra que faltam ao governo dinheiro e capacidade de gerenciamento, mas isso pode ser resolvido se esse patrimônio for concedido a investidores capazes de agilizar as melhorias, acrescentou o senador:

— A rodovia vai estar aí, não interessa se o dinheiro é alemão, francês, americano. Ninguém vai levar uma rodovia embora. Ela está aí, está feita. É só cumprir o contrato, fazer os pagamentos necessários dos pedágios e tudo vai em frente, o país vai em frente.



Fátima apoia criação de centro de conexões aéreas no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que as companhias aéreas LAN e TAM, que formam o grupo de companhias aéreas Latam, estudam a possibilidade de construir, no Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN), próximo a Natal, um centro de conexões de voos, tanto domésticos quanto internacionais, aumentando as ligações aéreas com Europa, África e América do Norte.

— Imagine o que isso vai significar para o turismo, não só do meu estado, o Rio Grande do Norte, mas para toda a região, já que estamos em uma posição central na Região Nordeste — destacou.

A senadora informou que, além de Natal, as cidades de Fortaleza e Recife também pleiteiam sediar o novo centro de conexões. Ela reconhece que as outras duas capitais são “concorrentes de peso”, mas ressaltou que Natal tem algumas características que a credenciam para ser escolhida.

— A mais importante é a posição privilegiada em relação ao resto do mundo, diminuindo distâncias, contribuindo, portanto, para melhorar o escoamento das cargas internacionais. Nós ampliaremos o volume de recepção de passageiros, que é hoje de 2,5 milhões por ano lá em São Gonçalo, para 6 milhões — afirmou.

Fátima disse que a previsão é que o empreendimento atraia até US\$ 1,5 bilhão e gere mais de 10 mil empregos.

Bezerra: Ibama acerta ao reduzir vazão de barragem na Bahia

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) informou que o Ibama emitiu autorização especial para a Companhia Hidrelétrica do São Francisco iniciar os testes de redução da vazão de água da barragem de Sobradinho de 1.000 para 900 metros cúbicos por segundo. A barragem, localizada na Bahia, fica próxima aos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), prejudicados pela escassez de água.

— A redução da vazão de água despachada da Usina de Sobradinho para a de Paulo Afonso irá aumentar o volume de água do lago e acalmar as mais de 100 mil famílias pernambucanas e baianas que vivem e produzem na região do Vale do São Francisco. Com isso, também tranquilizaremos a economia nos perímetros irrigados, que vinha convivendo com a assombração de uma potencial crise hídrica que afetaria, sobremaneira, a produção de frutas no vale — afirmou.

A redução da vazão de água da barragem de Sobradinho foi um dos principais temas discutidos na audiência realizada em Petrolina, no dia 10, pela Comissão de Agricultura (CRA).

O senador defendeu “fortes investimentos”, ainda neste ano, para revitalizar o Rio São Francisco. Entre eles, citou a construção de mais barragens e o desenvolvimento de projetos que contribuam para o aumento do volume do rio.



Audiência pública interativa discute hoje a possibilidade de aplicação da lei penal a jovens a partir dos 16 anos, tema tratado em duas propostas em análise no Congresso

Comissão debate redução da maioridade penal

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) promove hoje, a partir das 9h, audiência pública interativa sobre a redução da maioridade penal. O tema é tratado em duas propostas de emenda à Constituição (PECs) em análise no Congresso.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou em março a admissibilidade da PEC 171/1993, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos. A proposta, do ex-deputado Benedito Domingos, altera o artigo 228 da Constituição para determinar que “são penalmente inimputáveis os menores de 16 anos”. Com isso, todo jovem a partir dos 16 anos ficaria sujeito à legislação penal, e não mais ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Já a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) rejeitou em 2014 mudanças no limite de idade para respon-



Jovens a partir de 16 anos seriam responsabilizados penalmente em casos como crimes hediondos, segundo texto no Senado

sabilização penal previstas na PEC 33/2012. No entanto, a proposta ainda pode ser analisada, já que o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), e outros senadores apresenta-

ram recurso para votação em Plenário.

O texto permite a aplicação da lei penal a jovens de 16 a 18 anos apenas em situações específicas, criando uma

hipótese chamada de “incidente de desconsideração de inimputabilidade”. O incidente só poderia ser proposto pelo Ministério Público em caso de crimes hediondos

ou reincidência múltipla em lesão corporal grave e roubo qualificado.

— Com o ímpeto que a proposta da Câmara pode ganhar, é possível que se tente buscar um “caminho do meio”, que é a minha proposta — avalia Aloysio.

O debate na CDH contará com representantes do Ministério Público, defensores públicos, OAB, CNBB, governo, juízes, psicólogos e profissionais de serviço social.

ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 9h

- ▶ **Envie sua pergunta ou sugestão:**
 - <http://bit.ly/audienciainterativa>
 - Alô Senado: 0800 612211
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)
- ▶ **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro é lançada hoje

Será lançada hoje, às 8h30, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Biblioteca, coordenada pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e pelo deputado José Stédile (PSB-RS). Segundo a senadora, a frente trata de um dos temas centrais para educação, que é o acesso ao livro, à leitura e à biblioteca.

— Queremos contribuir, debater e fomentar as políticas públicas relacionadas a esta área — disse.

Contando com a adesão de

mais de 200 parlamentares, a frente acompanhará a política governamental; os projetos e programas direcionados à preservação, promoção e incentivo da produção literária, de natureza material e imaterial; além de promover e fomentar mecanismos de incentivo à prática da leitura.

Outra prioridade é discutir o papel estratégico da biblioteca no acesso à leitura e no processo de desenvolvimento do cidadão. O grupo pretende defender a aprovação de leis



Um dos objetivos do grupo é aprovar leis que estimulem o interesse pela leitura

de interesse da população no campo da leitura e que estimulem a produção literária.

Fátima, que foi coordenadora da Frente em Defesa do Livro na Câmara, quando

era deputada, aproveita para relançar a frente, agora mista, e com a inclusão da defesa das bibliotecas.

Além de trabalhar pela aprovação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a frente também tentará acelerar proposições, entre elas, o PLS 49/2015, de autoria da própria Fátima, que implementa no país a Lei do Preço Fixo para o livro.

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, foi convidado para participar do lançamento.

Ângela Portela propõe criação de sistema específico de ensino indígena

Ângela Portela (PT-RR) disse que participou de diversas atividades relacionadas à inclusão e à educação indígena em Roraima. Os indígenas representam 17% da população do estado.

A senadora contou ter visitado um projeto de inclusão digital na comunidade de Sucuba, uma parceria da Nokia com a Prefeitura de Alto Alegre.

Ela participou ainda da Assembleia dos Professores Indígenas de Roraima na Reserva Raposa Serra do Sol. A senadora apresentou a minuta de um projeto para criar um sistema próprio da educação indígena.

— Estabeleço nesse projeto um ordenamento jurídico específico e diferenciado e sob a coordenação do MEC — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ana Amélia cobra mais atenção do governo federal com a educação

Ana Amélia (PP-RS) defendeu mais atenção do governo com a educação, afirmando que nenhum país se desenvolve sem investimento pesado em educação de qualidade. Para ela, a educação colabora para a qualidade de vida e para uma maior consciência política:

— Quanto mais conhecimento temos, maior é o alcance da cidadania, a compreensão sobre os valores democráticos e a consciência que

teremos sobre nossos direitos e, sobretudo, nossos deveres.

A senadora lamentou as dificuldades com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Segundo ela, a menos de 10 dias para vencer o prazo, cerca de 500 mil estudantes ainda não conseguiram renovar as matrículas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência pública ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, senadores e deputados indicaram como prioridade o projeto que regulamenta a profissão de artesão, em análise na Câmara



Sector é regulamentado na maioria dos países, disse Isabel Gonçalves (D) no debate coordenado por Fátima Bezerra (C)

Parlamentares poderão criar Frente do Artesanato

UMA FRENTE PARLAMENTAR em Defesa do Artesanato começou a ser articulada ontem durante audiência pública sobre o setor promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Proposta pelo deputado Givaldo Vieira (PT-ES), a ideia teve a adesão dos senadores Douglas Cintra (PTB-PE), Regina Sousa (PT-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Paulo Rocha (PT-PA) e Fátima Bezerra (PT-RN), que presidiu a reunião.

O primeiro objetivo da frente será a regulamentação da profissão, proposta já aprovada pelo senadores e em discussão pelos deputados.

Na Câmara, o projeto (PL 7.555/2010) passará pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Constituição e Justiça. Na primeira, será relatado pelo deputado Helder Salomão (PT-ES), que deve dar parecer pela aprovação.

Se o texto for aprovado sem alterações também na segunda comissão, poderá seguir para a sanção da presidente da República.

Durante o debate, Regina Sousa propôs que o novo Plano Nacional do Artesanato unifique diversas iniciativas

dispersas entre secretarias, ministérios e o Sebrae. O mesmo ponto foi destacado por Lídice da Mata e Fátima Bezerra.

Regina avalia que o governo poderia fazer uma melhor divulgação do artesanato. Citou como exemplo os aeroportos das principais cidades, que, no entender dela, deveriam ter espaços reservados para a mostra e a comercialização de trabalhos de pequenos empreendedores.

O representante do Sebrae, Ricardo Villela, informou que a direção nacional da entidade destina entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões por ano ao setor. Mas que a soma poderia ser maior se houvesse menos informalidade e se a atividade fosse mais bem estruturada.

— O Sebrae é entusiasmado com o artesanato. A regulamentação abre portas para gestões voltadas à comercialização e à exportação — afirmou.

A presidente da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil, Isabel Gonçalves, lembrou, por sua vez, que o artesanato conta com marcos regulatórios na maioria dos países.

Já Fátima Bezerra citou estudo do Instituto Brasilei-

ro de Geografia e Estatística (IBGE) atestando que cerca de 10 milhões de pessoas fazem parte da atividade no Brasil, a grande maioria em pequenos empreendimentos comandados por mulheres.

O mapeamento mais recente do Ministério do Trabalho, apresentado pelo diretor de Fomento à Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, Manoel Vital, traz números semelhantes. O levantamento mostrou que 60% dos artesãos estão no meio rural, sendo 78% mulheres.

Fátima ressaltou o caso do município de Caicó, no estado dela, onde o artesanato gera renda para 77% das mulheres.

Outro dado do IBGE mencionado pela senadora aponta que, em 2009, o artesanato movimentou cerca de R\$ 54 bilhões por ano.

Para ela, é inconcebível que uma atividade que envolve tantas pessoas e que contribui bastante para a redistribuição da renda ainda não esteja regulamentada.

— Combater a informalidade trará ganhos para o país — avaliou a parlamentar.

A audiência foi um pedido da Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil.

Medida provisória que beneficia caminhoneiro tranca pauta do Plenário

Foi lido ontem e passa a trancar a pauta do Plenário o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 661/2014, que, entre outros temas, possibilita aos trabalhadores aumentarem de 30% para 40% o limite de descontos autorizados em sua folha de pagamento. A medida, que perde validade em 12 de maio, será votada na terça-feira.

Originalmente, a MP só autorizava a União a dar um empréstimo de R\$ 30 bilhões ao BNDES. A comissão mis-

ta que a analisou incluiu o refinanciamento de dívidas contraídas por caminhoneiros na compra de veículos. A iniciativa foi fruto de acordo com o governo, mediado por deputados e senadores, para encerrar a greve de março.

A leitura da MP no Senado ocorreu no dia em que os caminhoneiros marcaram de retomar a paralisação nas estradas, como forma de tentar conseguir a principal reivindicação, que ficou fora da MP: a definição de tabela com valores mínimos de frete.

Adiada para a quarta-feira votação da MP do seguro-desemprego

Foi adiada para quarta-feira a votação do relatório sobre a Medida Provisória (MP) 665/2014, que limita a requisição do seguro-desemprego pela primeira vez pelo trabalhador dispensado sem justa causa. Marcada para ontem, a reunião da comissão mista que analisa o texto não ocorreu por falta de quórum.

Segundo o relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), o adiamento ocorreu em razão de tramitarem, ao mesmo tempo, duas propostas envolvendo trabalhadores e centrais sindicais — a outra é o projeto de lei que regulamenta a terceirização, em análise na Câmara.

— Uma parte das centrais

concorda com a terceirização, outra não. Como lá [na Câmara] estão aprovando a terceirização a toque de caixa, aqui estão querendo adiar o debate — explicou.

O deputado Glauber Braga (PSB-RJ) defendeu a obstrução do debate na comissão mista se o governo não regulamentar o imposto sobre grandes fortunas:

— Se não houver um indicativo nesse sentido, vamos continuar um processo de obstrução forte na próxima reunião da comissão.

Segundo Braga, a MP impõe o peso do ajuste fiscal sobre trabalhadores e empresários.

(Da Agência Câmara)

Comissão de Infraestrutura quer ouvir Nelson Barbosa sobre ajuste fiscal

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou um convite ao ministro de Planejamento, Nelson Barbosa, para falar sobre o ajuste fiscal. O requerimento foi apresentado pelo presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Outros requerimentos foram aprovados. Um deles, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), propõe que seja convidado o ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, para discutir

o Programa Banda Larga para Todos. Ferraço também propôs audiência sobre a atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar e a importância dos fundos de pensão para o financiamento da infraestrutura.

Foi aprovado pedido de criação de comissão temporária externa para visitar a duplicação da BR-163. O requerimento é de Wellington Fagundes (PR-MT).

Ferraço celebra recuperação de nascentes do Rio Doce



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou o Projeto Olhos D'Água, criado pelo Instituto Terra para revitalizar as nascentes do Rio Doce, o décimo mais poluído do país.

O senador contou que o projeto, idealizado pelo fotógrafo Sebastião Salgado, tem a ajuda de empresas e cidadãos e já salvou 2 mil nascentes em torno do rio, que surge no município mineiro de Ressaquinha, na Serra da Mantiqueira, e percorre 853 quilômetros até encontrar o oceano em Linhares, no Espírito Santo.

Ferraço acrescentou que o projeto recuperou 7 mil hectares de área degradada com o plantio de 4 milhões de árvores. A meta do programa é proteger e recuperar cada uma das 400 mil nascentes do rio.

Amorim denuncia descontrole nas contas públicas de Sergipe



Eduardo Amorim (PSC-SE) informou ontem que as contas do governo de Sergipe estão no vermelho. Segundo ele, a folha de pagamento dos servidores ativos e aposentados só está sendo paga porque o Executivo local pegou dinheiro emprestado no Banco do Brasil.

— No entanto, essa antecipação de crédito não solucionou o problema. Os recursos conseguidos com a antecipação dos royalties do petróleo só serão suficientes até este mês — denunciou.

Sergipe ainda enfrenta, de acordo com Amorim, grave déficit na previdência. O senador disse que o estado merece gestão “responsável e comprometida com o maior patrimônio, que é o povo sergipano”.

Elmano destaca inovações da Embrapa, que faz 42 anos



Elmano Férrer (PTB-PI) homenageou ontem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completará, dia 26, 42 anos de criação. Ele descreveu a estatal como “um orgulho para todos nós e um exemplo para o Brasil”.

— A Embrapa viabilizou o surgimento de uma agropecuária tropical hoje considerada a mais importante do mundo — afirmou.

O senador, que chefiou a unidade da Embrapa no Piauí de 1979 a 1988, elogiou a empresa por feitos como viabilizar as exportações agrícolas que garantem o saldo da balança comercial brasileira, inserir o Cerrado no sistema produtivo do campo e permitir o aumento da produção sem ampliar a área explorada.

Reconhecido como defensor da conciliação na resolução de conflitos, o juiz federal Reynaldo Soares da Fonseca elogiou o novo CPC e apoiou a adoção de penas alternativas

Senado aprova Fonseca para ministro do STJ

OS SENADORES APROVARAM ontem a indicação do juiz federal Reynaldo Soares da Fonseca para assumir vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram 56 votos favoráveis e 3 contrários. O juiz atualmente coordena o sistema de conciliação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ao ser sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes da votação em Plenário, o juiz defendeu enfaticamente a conciliação como alternativa na solução de conflitos jurídicos:

— O século 21 chegou e, felizmente, juízes começaram a aplicar seu papel de pacificador social. Daí por que sou entusiasta da conciliação. Defendo a obrigatoriedade da tentativa de conciliação no processo civil e no penal também, nos crimes de menor potencial lesivo.

Fonseca elogiou o novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor em 2016.

O novo CPC coloca esses institutos como instrumentos capazes de colaborar com a desjudicialização dos conflitos e, conseqüentemente, com a diminuição dos processos. Além da mediação, ele também defendeu as penas alternativas, mas sem vulgarizá-las, frisou.

Questionado sobre a proposta de redução da maioria penal, Fonseca revelou um drama familiar: seu primo, um médico de 48 anos, foi morto no ano passado em São Luís e, entre os assassinos, estavam dois menores de idade. Apesar da tragédia, ele devolveu a pergunta aos parlamentares, questionando se a hora é de pensar na redução ou na construção e na eficácia das medidas socioeducativas. O juiz lembrou que uma eventual redução aumentará ainda mais a população carcerária.

— Meu lado pessoal dirá pela redução da maioria. Mas como pensador, membro



Em sabatina na CCJ, Fonseca diz que, com a conciliação, os juízes começam a aplicar seu papel de pacificadores sociais

da sociedade, eu quero uma sociedade mais feliz e me pergunto o que vai acontecer com a diminuição para 16.

O relator da mensagem presidencial, Edison Lobão (PMDB-MA), disse conhecer há décadas a qualificação in-

trínseca do indicado, que “vai honrar o mundo ministerial ao qual está destinado”.

Durante a votação no Plenário, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) salientou o esforço do magistrado pela implantação de câmaras de conciliação

judicial no país. Segundo o senador, a medida pode ajudar a desafogar o Poder Judiciário.

— O juiz Reynaldo Fonseca trabalha para agilizar a Justiça, além de ser partidário das posições mais céleres previstas no novo CPC — disse Randolfe.

Três embaixadas ganham novos titulares

O Plenário aprovou ontem as indicações da Presidência da República de Claudio Raja Gabaglia Lins para exercer o cargo de embaixador no Paquistão e, cumulativamente, no Tadjiquistão; de Evaldo Freire, para a embaixada na Guiné Equatorial; e de Carlos Ricardo Martins Ceglia, para a representação na Malásia e no Sultanato de Brunei.

Claudio Raja Gabaglia Lins nasceu no Rio de Janeiro em 1960. O diplomata já atuou nas embaixadas no Paraguai, na Itália, na Tunísia, em Honduras e na Dominica. Na sabatina, admitiu que os fluxos de comércio e investimentos entre Brasil, Paquistão e Tadjiquistão ainda são baixos. Ressaltou, entretanto, o potencial existente para empresários brasileiros nas áreas de energia hidrelétrica, biocombustíveis, defesa, construção civil e

cadeia de produção de carne de frango.

Guiné

Evaldo Freire nasceu em Teresina. Concluiu o curso de direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e iniciou a carreira diplomática em 1985.

Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o diplomata prometeu empenhar-se na promoção comercial de produtos brasileiros e na ampliação do intercâmbio cultural com a Guiné Equatorial, que, apesar de ter o espanhol como principal língua oficial, foi admitida no ano passado na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O embaixador reconheceu que o Brasil tem grande déficit comercial com o país, de onde importou US\$ 1,1 bilhão em

petróleo e para onde exportou US\$ 56 milhões em 2014. Disse, porém, que empresas brasileiras de engenharia já firmaram contratos de US\$ 5 bilhões para construção de estradas.

Ricardo Martins Ceglia nasceu no Rio de Janeiro em 1958. Ele dirige o Departamento do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores e destacou que a exportação de carne de frango pode ser um importante nicho de negócio para o Brasil na Malásia.

O diplomata explicou que a Malásia tem uma das regulamentações mais restritas na área de importação de bens de consumo para os muçulmanos. Segundo ele, garantida a entrada desse tipo de bens no país, abre-se mercado para cerca de 1 bilhão de pessoas também na Indonésia, Paquistão, Índia e Bangladesh.

Plenário recebe indicação de Luiz Edson Fachin para Supremo Tribunal Federal

O Plenário do Senado recebeu oficialmente ontem a indicação do advogado e jurista Luiz Edson Fachin para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação será avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Acir Gurgacz (PDT-RO), que

presidia o início da sessão, leu o comunicado e encaminhou a matéria para tramitação. A sabatina de Fachin na CCJ está prevista para o dia 29.

Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga deixada por Joaquim Barbosa, que se aposentou em julho de 2014.

Gleisi Hoffmann defende instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai

Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu apoio para a instalação do Grupo Parlamentar Brasil-Paraguai no Senado, com objetivo de quebrar preconceitos e fortalecer as relações entre os países. Resolução de 2005 prevê a criação do grupo. A senadora disse que a integração do



Waldemir Barreto/Agência Senado

continente foi ressaltada pela Cúpula das Américas, que incluiu Cuba, e que o Brasil deve tratar o Mercosul como prioridade.

— No momento em que a diplomacia nas Américas evoluiu, espero que possamos também avançar em nosso território sul-americano.

Em evento lotado, Casa lança carta com 11 compromissos

Na tarde de ontem, foi apresentada a Carta de Compromissos do Senado, em evento no Auditório Petrônio Portella. Entre os 11 itens, estão o compromisso com o bom uso de recursos públicos, com a transparência, com a excelência na prestação de serviços, com a igualdade e com o Parlamento.

Na ocasião, o público de cerca de 500 pessoas assistiu a palestra de Oscar Motomura,

especialista em estratégia.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, ressaltou que a ideia de criar a Carta de Compromissos surgiu após a participação de dirigentes da Casa em curso de Motomura.

— Depois da experiência, diversos projetos nasceram, entre eles o Manhã de Ideias e a Rede de Conhecimento. Em março, recolhemos sugestões para a Carta de Compromissos. Podemos dizer que o

conteúdo foi produzido a 12 mil mãos — afirmou Ilana.

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, destacou o fato de o auditório estar lotado.

— Tenho 11 anos de Casa e nunca vi o auditório tão cheio. Isso só é possível porque os servidores têm percebido o momento novo que vivemos.

Bandeira acredita que os princípios serão incorporados na rotina da instituição à

medida que cada funcionário assumir a responsabilidade de transformar o que estiver ao seu alcance.

Motomura explicou que os funcionários devem interpretar os compromissos, analisar quem os pratica e olhar para si mesmos. Isso porque, listou, por meio do diálogo, da interpretação e da ação os princípios tornam-se viáveis.

— Dessa forma, os compromissos vão ganhando vida. É

importante também fazer com que o cidadão se encante com o trabalho da Casa — disse.

Outro desafio, segundo ele, será o de lutar contra um hábito enraizado na cultura brasileira: o de se alegrar com resultados medianos.

— Se a gente não tomar cuidado, a excelência do Senado vai sofrer *bullying* — disse, ressaltando que cada funcionário deve ter um padrão interno com objetivos particulares.